

Passos após a assinatura do Acordo Mercosul-União Europeia



» ANDRÉ ARAUJO
Professor da pós-graduação em política e relações internacionais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

» ALEXANDRE COELHO

Professor e coordenador dos cursos de política e relações internacionais e do MBA em geopolítica da transição energética, ambos da FESPSP

Após mais de duas décadas de negociação, o acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE) foi assinado em 17 de janeiro deste ano. O ato encerra um longo processo iniciado nos anos de 1990, mas também inaugura uma etapa decisiva que dependerá das políticas domésticas e da conjuntura internacional.

Para entender esse percurso, é preciso lembrar que o Mercosul nasceu em um momento de globalização acelerada e hegemonia norte-americana pós-Guerra Fria. A proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), com reticências por alguns membros do Mercosul, reforçou a busca de alternativas à dependência dos Estados Unidos, enquanto a União Europeia via vantagem em ampliar sua presença econômica na América do Sul, para não perder o mercado para os EUA. É nesse ambiente que surgiram as primeiras tentativas de acordo.

Com o passar dos anos, crises internas na Europa e no Mercosul, além da oscilação da influência norte-americana e da ascensão da China, afetaram o ritmo das negociações. O anúncio da conclusão em 2019 não avançou por divergências ambientais e políticas com o governo brasileiro da época, o que adiou a assinatura por mais seis anos. Mesmo assim, o cenário internacional mudou

e favoreceu a reaproximação. Em um ambiente de instabilidade devido à deterioração do multilateralismo, a institucionalidade garantida por tratados pode assegurar transparência e previsibilidade.

Ainda assim, não houve consenso pleno. Setores agrícolas europeus mantiveram forte resistência, temendo a concorrência de produtos sul-americanos mais baratos e com padrões sanitários diferentes. Esse ponto esteve presente nos votos contrários de Áustria, França, Hungria, Irlanda e Polônia no Conselho da União Europeia. Do outro lado, indústrias do Mercosul apontaram risco de assimetria diante da entrada de bens industrializados europeus com maior valor agregado, o que pode pressionar segmentos tecnológicos sensíveis.

Essas divergências projetam-se para a etapa seguinte, pois a assinatura não produz efeitos imediatos. O texto negociado será enviado aos Legislativos de cada país. Nessa etapa, podem surgir divergências entre os partidos políticos, que refletem pressões de setores domésticos, tanto favoráveis quanto contrários. Não se espera, contudo, que a negociação seja reaberta para alterar tarifas ou regras de propriedade intelectual, por exemplo. Ademais, o acordo foi estruturado em dois instrumentos — um comercial e outro de cooperação política — o que permite que um entre em vigor mesmo se o outro enfrentar atrasos.

No âmbito europeu, a ratificação pode ser mais complicada. Tanto na etapa junto aos parlamentos nacionais, que sofrerão pressão de diversos grupos de interesse contrários ao acordo de livre comércio, quanto na etapa regional. A moção aprovada pelo Parlamento Europeu, nesta quarta-feira, dia 21 de janeiro, para que o Tribunal de Justiça da União Europeia avalie a conformidade do texto assinado indica que há um expressivo grupo com poder decisório para se opor à parceria com o bloco sul-americano.

Por outro lado, do ponto de vista do Mercosul,

a aprovação legislativa tende a ser menos conflitiva. Nos últimos 20 anos, o bloco firmou parcerias extrarregionais com a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta), Egito, Índia, Israel, Palestina, Singapura e União Aduaneira da África Austral. Apesar de alguns ainda não terem sido ratificados por todos os membros do Mercosul, não há registro de rejeição pelos parlamentos nacionais. Assim, a probabilidade de aprovação é muito alta, mas a variável decisiva é o tempo de tramitação.

Há também um componente geopolítico pouco mencionado, mas central para explicar por que o acordo foi assinado agora. A volta de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em 2025, reacendeu uma política exterior mais transacional e pressionou a Europa a ampliar margens de autonomia econômica. Ao priorizar tarifas, renegociar compromissos e agir de forma assertiva em áreas sensíveis — como a disputa pela Groenlândia, rica em minerais estratégicos —, Washington elevou o custo de inação para a União Europeia. Quanto mais a Europa se vê pressionada por seu principal aliado atlântico, mais racional se torna buscar parceiros comerciais estáveis fora do eixo EUA-Ásia. Paradoxalmente, a ofensiva diplomática e econômica de Trump acabou funcionando como impulso para destravar a assinatura do acordo com o Mercosul, ao reduzir resistências internas na UE e favorecer sua lógica de aprovação.

Por fim, a conclusão do acordo com a União Europeia produz um interesse renovado no restante da agenda externa do Mercosul — que é consenso mínimo encontrado entre seus membros ao longo de mais de uma década de indefinições que afetaram o arranjo regional. Os principais acordos que vêm sendo negociados são com Emirados Árabes Unidos, Canadá e Coreia do Sul, além de outros que estão em diferentes estágios de negociação. Dessa maneira, a rede comercial na qual o Mercosul se insere pode ser ampliada no futuro, apesar da fragmentação do sistema internacional.

Por um pacto político que resolva a questão fundiária na Amazônia



» SÉRGIO LEITÃO
Advogado, diretor-executivo do Instituto Escolhas. Foi assessor para temas indígenas e ambientais do governo FHC e diretor de Campanhas e de Políticas Públicas no Greenpeace Brasil (2005/2015)

Os esforços do atual governo levaram a uma queda de 11% no desmatamento no ano passado, em comparação a 2024, com uma perda de 5.796 quilômetros quadrados de floresta. Porém, é preciso reconhecer, como fez o **Correio Braziliense** em editorial na sua edição de 29 de dezembro de 2025, que “a perda de vegetação nativa segue elevada, com consequências diretas para a biodiversidade, o clima global e a qualidade de vida”.

A permanência da “prática antiga” do desmatamento é um capítulo inalterado da história fundiária do Brasil, onde a derrubada da floresta, como acontece desde o período colonial, é o que justifica a obtenção do título de propriedade para quem ocupou ilegalmente terras públicas. Enquanto houver terras públicas disponíveis para serem cobiçadas, sem que o governo cumpra com a obrigação de definir a sua destinação, o desmatamento continuará sendo peça central na engrenagem de ocupação da Amazônia.

Estudo do Instituto Escolhas mostrou que, na Amazônia, um quarto do seu território, ou 118 milhões de hectares, área maior do que a Região Sudeste, é composto de terras públicas sem destinação, vulneráveis à ocupação desordenada e predatória. Desses, 59 milhões de hectares contam com grandes extensões de florestas que devem ser destinados à conservação ambiental e ao uso coletivo sustentável.

Em 56 milhões de hectares, existem áreas desmatadas e ocupadas. Em 33 milhões de hectares, as ocupações são inferiores a 2.500 hectares e com desmatamento anterior a 2008, onde, de acordo com a lei, a regularização fundiária pode ser feita. Já nos 23 milhões de hectares restantes, ocorre o oposto, o que impediria a expedição dos títulos, levando a consequente retirada dos ocupantes legais.

Mas o coquetel explosivo da falta de vontade do poder público misturado com a dificuldade real para dar conta da tarefa gigantesca de desocupar, por exemplo, uma extensão de 23 milhões de hectares joga água no moinho da pressão constante para uma regularização fundiária quase que forçada, o que sempre leva a mudanças nas regras da lei para tornar legal o que até então era ilegal.

Prova disso é que o presidente Lula, em seu segundo mandato, assinou a Medida Provisória (MP) 458, de fevereiro de 2009, alterando as regras de regularização da ocupação de terras públicas na Amazônia. Já o presidente Temer fez o mesmo com a MP 759, de dezembro de 2016, o que voltou a se repetir no governo Bolsonaro com a MP 910, de dezembro de 2019.

Quando presidentes tão diferentes que nem água e azeite como Bolsonaro, Temer e Lula assinam três medidas provisórias legalizando a ocupação de terras públicas na Amazônia, recaindo sobre uma extensão de mais de 100 milhões de hectares, é possível ter a exata dimensão da força política que gravita em torno da questão fundiária na região.

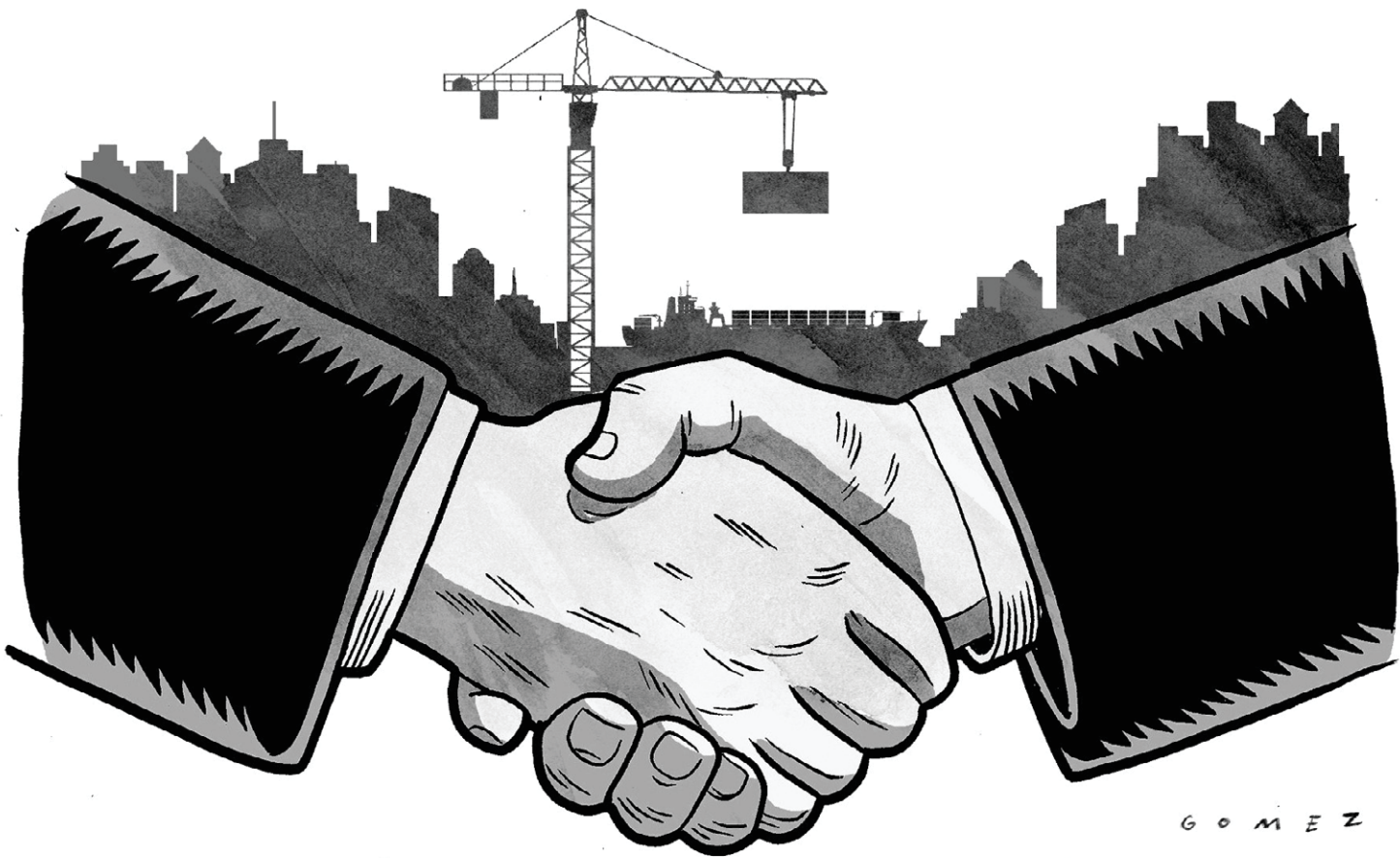
Mas, se o problema vem desde a Colônia e se arrasta sem solução desde então, mexendo com interesses tão poderosos que fazem diversos governos, de correntes políticas antagônicas, se sucederem nos últimos anos em iniciativas para a regularização de terras ocupadas na Amazônia, é possível debater propostas para resolvê-lo e que o desmatamento possa, enfim, acabar?

Pois é justamente o que precisamos fazer agora no ano em que o Brasil escolherá o próximo presidente da República, governadores dos estados e renovará a composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

É necessário que o presidente que governará o país a partir de 2027 lidere uma ampla discussão com os governos estaduais, com o Congresso Nacional, com representantes do agronegócio e com a sociedade civil sobre o que precisa ser feito para ordenar o uso das terras públicas na Amazônia, o que é fundamental para proteger a floresta, garantir direitos territoriais e reduzir conflitos.

Precisamos de um grande pacto político que coíba novas invasões e retire da ilegalidade um enorme contingente de pessoas que hoje já estão ocupando as terras amazônicas, o que dará fim à rotina interminável de criação de leis de regularização fundiária que premiam quem desmata.

É esse grande acordo político que permitirá que o Brasil alcance a meta ambiciosa de acabar com o desmatamento, deixando-o apenas como uma memória do que se fazia no passado. Essa ambição precisa fazer parte das prioridades do mandato do nosso próximo presidente da República.



Omissão legislativa lança urnas ao far west digital



» MARCELO SENISE
Sociólogo e presidente do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial (Iria)

Minha jornada de quase quatro décadas no marketing político mostra-me uma realidade inquestionável: as eleições de 2026 não serão uma mera evolução, serão uma ruptura sísmica. O cenário político brasileiro adentra um território sem precedentes, reescrito pela velocidade vertiginosa e pela capacidade quase divina da inteligência artificial (IA). A paralisia legislativa da Câmara dos Deputados nos deixou à beira de um abismo legal. Caminhamos, a passos largos, para um "far west digital" eleitoral.

O que foi válido ontem, hoje é um risco. As campanhas não são mais decididas nos palanques, são travadas em um campo de batalha invisível. As ameaças de 2026 são múltiplas e sofisticadas: de deepfakes e voicemails falsos, capazes de aniquilar a credibilidade em tempo real, a exércitos de bots e perfis falsos que, por meio do astroturfing, sufocam o debate autêntico. Mais insidioso ainda é o microtargeting psicológico — uma cirurgia de precisão nas emoções dos eleitores —, em que a propaganda sutil desvia decisões conscientes. Vivemos em bolhas de filtro, e neurobots

atuam como engenheiros de emoções. Essa combinação mina os pilares institucionais, gerando um ambiente onde o ceticismo é a norma e a verdade, um conceito em erosão.

O alerta é claro: a "janela para blindar legalmente as eleições de 2026 se fechou". O prazo legal esgotou-se. A oportunidade de estabelecer diretrizes eficazes sobre o uso de tecnologias disruptivas simplesmente sumiu. Essa inércia legislativa não é apenas uma falha, é uma condenação estrutural que escancara a vulnerabilidade do nosso sistema. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), embora bem-intencionado, se vê em xeque: suas normativas, predominantemente reativas, são como um band-aid em uma hemorragia, focando na gestão de crises instaladas, não na prevenção. E essa lentidão na atualização cria uma defasagem explorada por atores menos éticos.

O Brasil não é o primeiro a enfrentar esses desafios. Outras democracias, como Estados Unidos, Índia e Europa, foram campos de testes para as táticas mais insidiosas da manipulação digital (como o escândalo da Cambridge Analytica e deepfakes). Enquanto esses países lutam para criar arcabouços legais, o Brasil se prepara para um pleito crucial com uma defasagem regulatória alarmante, sem o resguardo legal mínimo.

Nesse cenário de far west digital, candidatos, partidos e o eleitorado tornam-se alvos vulneráveis. Ataques orquestrados explorarão essa falta de controle para disseminar narrativas distorcidas e manipular a percepção pública. Os danos atingem a essência da autonomia individual, desviando

eleitores de escolhas informadas e conscientes. A normalização do caos gera um cidadão cada vez mais cético e desconfiado, criando um ciclo vicioso que ameaça o contrato social que fundamenta a própria democracia representativa no Brasil.

Embora o relógio da lei tenha escorrido, a defesa não pode ser negligenciada. As estratégias de campanha clássicas são obsoletas. O imperativo agora é consolidar mecanismos robustos, erguendo uma fortaleza invisível. A criação de uma estrutura autônoma e multidisciplinar — o que chamo de núcleo de blindagem e sala de guerra digital — não é um investimento estratégico, é um investimento existencial. É a única linha de defesa capaz de enfrentar a rapidez e a precisão das ofensivas digitais. A IA, que é a arma do adversário, deve se tornar nosso escudo mais poderoso. Mas, acima de tudo, a moralidade, a transparência e a educação do eleitor são as armas mais afiadas para edificar fortalezas cognitivas e manter a soberania popular intacta.

A responsabilidade por proteger a democracia é de todos. Em um cenário em que a lentidão da lei nos deixou expostos, a proatividade, a inteligência estratégica e a coragem de lutar pela integridade do processo eleitoral são as únicas garantias de que o pleito de 2026 será a genuína expressão da vontade popular, e não uma miragem digital manipulada. A história nos aguarda, mas não esperará por aqueles que se recusam a ver o futuro. A escolha entre construir uma defesa eficaz e ceder ao caos tecnológico definirá o futuro do Brasil que queremos — ou o país que tememos.